

Editorial

Luís Miguel Carvalho¹

Manuel Jacinto Sarmento²

A articulação entre “crise” e “educação” é recorrente na literatura da especialidade e surge, geralmente, associada ao diagnóstico da “crise da (na) educação” e à necessidade de introduzir reformas educativas que lhe ponham cobro. A temática deste número da revista parte de uma abordagem diferente, cuja principal preocupação é a de analisar a educação na crise. Concretamente, o objetivo é conhecer e compreender as transformações que ocorreram na educação, em Portugal e entre 2008 e 2011, como efeito ou a pretexto das medidas de política educativa associadas às - e/ou legitimadas pelas - restrições orçamentais decorrentes do ‘programa de ajustamento económico e financeiro’, acordado com a *troika*: a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu.

Essas transformações afetam domínios diversos - como a relação entre educação e emprego, as escolhas dos percursos escolares, a equidade e a igualdade de oportunidades, a natureza do trabalho pedagógico, a confirmação das relações de poder entre atores da educação - e podem ser estudadas em função de dois olhares analíticos: um diz respeito ao funcionamento do sistema educativo e sua capacidade para garantir o acesso ao bem educativo, assim como a qualidade e a equidade no/do serviço público que presta; e o outro respeita à governabilidade do sistema e à capacidade de reforçar a participação social (e comunitária) na orientação do serviço público de educação.

Assim, o número 3 da revista *Investigar em Educação* debruça-se sobre a *educação em tempo de crise*, tomando por objeto as subjetividades e as dinâmicas de regulação social presentes em micro ou meso contextos de educação e/ou as orientações e modalidades de atuação da autoridade pública, equacionando a conflitualidade sobre os ‘mandatos’ atribuídos ao sistema educativo e sobre a visão da educação e a consequente redefinição do papel do Estado no financiamento e na organização da oferta educativa.

Apesar da saída da *troika*, os principais indicadores da crise mantêm-se constantes. Analisando a educação em tempos de crise, este número da

¹ Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Membro da Comissão de Redação da Revista *Investigar em Educação*.

² Instituto de Educação da Universidade do Minho. Diretor da Revista *Investigar em Educação*.

revista debruça-se sobre aspetos que perduram no presente e que acabam por impor uma agenda que necessariamente contaminará os próximos anos da cena educacional: a prevalência de políticas de indução dos mercados privados na educação pública, as consequências na qualidade educativa e no desempenho escolar do empobrecimento das crianças e das famílias, as medidas compensatórias e as respostas dos atores institucionais à administração da crise e dos seus efeitos no interior dos estabelecimentos de ensino, os novos sentidos ou novas problemáticas, valores, ideários e processos regulatórios, os efeitos comunicacionais, simbólicos e mediáticos da ação pedagógica no contexto presente.

Conforme está consagrado no estatuto editorial da Revista, este número integra artigos especialmente encomendados sobre o tema de capa e artigos selecionados depois de um rigoroso processo de arbitragem científica.

O primeiro artigo, no entanto, tem uma natureza distinta dos restantes. Duplamente distinta, na verdade. O texto não foi preparado para responder ao apelo deste número temático, mas constitui a conferência de abertura que António Nóvoa proferiu, em Setembro de 2014, no XII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. O texto difere ainda na forma comum dos restantes artigos, na medida em que o autor resgatou, então, o género epistolar, como veículo de uma comunicação na qual pretendia não apenas “falar”, mas deixar (algo) “dito”. E o que Nóvoa deixa dito, com cristalina sensatez, é muito mais do que um conjunto de nove conselhos dirigidos a um imaginado “jovem investigador em Educação”. Sendo, como o autor refere, um sinal da suas inquietações e buscas, o texto deixa para memória futura uma reflexão sobre as condições e as práticas atuais de investigação na nossa área, bem como princípios sobre as relações entre a investigação em educação a sociedade e a política. É possível destacar duas linhas de força: a acentuação do processo criativo e transgressivo das práticas investigativas, por oposição ao conformismo instituído; a recusa de uma vocação regulatória para as Ciências da Educação e, paralelamente, a defesa de comprometimento com a produção de um conhecimento que traga para – e que ajude a formar – o espaço público de educação; um saber que contrarie as “evidências” difundidas pelas ideologias que combatem a escola pública, a democratização do ensino ou a igualdade de oportunidades.

O primeiro artigo encomendado sobre o tema de capa, do investigador catalão Xavier Bonal, aborda o tema *Educação em Tempo de Crise* a partir de duas análises complementares. Na primeira, avança algumas razões explicativas da existência, em momentos de crise económica, de fortes reduções no orçamento para a educação quando, paradoxalmente, o enfrentamento das condições da crise mais depende do reforço do investimento em educação, em inovação, em investigação. Bonal deixa claro que os efeitos dos cortes têm consequências sérias na legitimidade da instituição escolar, condicionando a concretização dos seus mandatos. Na segunda, centra-se nos

efeitos da crise nas desigualdades educativas, circunscrevendo a sua reflexão a três matérias fundamentais: o acesso à educação; as condições de escolarização; os resultados educativos. Bonal dá conta de algumas evidências já percebidas na realidade catalã, entre as quais sobressaem os efeitos no âmbito do aumento da segregação escolar, mas avança também hipóteses para uma mais aprofundada análise, ciente da complexidade do diagnóstico, ora porque uma parte das consequências apenas se hão-de discernir no médio e no longo prazo, ora porque os efeitos não decorrem só de medidas que afetem as condições da oferta educativa, mas igualmente de fenómenos extrínsecos, caso do empobrecimento de certos sectores sociais no contexto da atual crise.

O artigo de Margarida Chagas Lopes, construído a partir de um referencial analítico que se reivindica da economia da educação, procura interpretar os efeitos da crise económica global no sistema educativo português. A partir da sustentação da ideia da educação como “bem social”, que amplia e implica numa visão de promoção da igualdade social o conceito de educação como “bem público” (universal e não concorrencial), a autora desconstrói os diferentes elementos que vêm contrariando o projeto constitucional da educação democrática. A prolongada ausência de uma clara estratégia educacional solidamente ancorada nos princípios constitucionais desvia a educação dos seus desígnios, abrindo campo a orientações neoliberais, que, em tempo de crise, acentuam os fatores de privatização, restrição da universalidade e orientação desigualitária no campo educativo. A recuperação da aplicação da “taxa de rentabilidade” no ensino superior emerge emblematicamente como registo desta orientação, apesar da crítica que a ciência económica há muito tem votado a essa aplicação. A crise acentua e agudiza uma tendência de afastamento do Estado dos seus princípios constitucionais.

Num outro registo, o último dos artigos encomendados, de Ana Benavente, Sandra Queiroz e Graça Aníbal, mobiliza o trabalho empírico do Observatório de Políticas de Educação e Formação, que a primeira autora coordena, para interpretar os efeitos da crise nas perceções dos professores sobre o sistema de ensino, as condições de exercício da sua própria posição e as condições de aprendizagem. Os professores dividem-se acerca da perceção pública sobre educação, imputando às políticas do ministério da educação a desvalorização da profissão docente e o descrédito sobre a escola pública, sendo todavia possível considerar o efeito de reconhecimento da escola e da sua missão por parte da população. Não obstante, os professores consideram que as políticas educacionais, em tempo de austeridade, pioraram em todos os indicadores respeitantes à organização das escolas, à sua gestão, aos currículos, à avaliação dos alunos e ao exercício da profissão. A profissão de professor é considerada “profissão de risco” pelos próprios e as condições de aprendizagem sofreram fortes restrições por efeito conjugado de políticas educacionais seletivas e pelo agravamento das condições de pobreza e de exclusão social. Em todos os domínios da educação, concluem

as autoras, da organização e currículo das escolas à educação de adultos, as políticas educativas estão em forte convergência com políticas económicas e sociais que desestruturam a educação pública e afetam as condições de trabalho dos professores.

A secção de artigos selecionados após arbitragem científica contém quatro artigos.

O artigo *A máquina do empreendedorismo* discute a disseminação e o alojamento, no universo semântico da educação, de ‘novas’ narrativas sobre a relação entre os jovens, a sua educação e as suas atitudes face ao acesso ao – e à conduta no – trabalho. O discurso do *empreendedorismo* não é propriamente novo, como referem Inês Barbosa e Fernando Ilídio Ferreira, nem específico do *Tempo de Crise* que este número da revista *Investigar em Educação* delimitou. Não obstante, nos anos mais recentes ganhou alguma relevância no campo da educação, seja em virtude de programas e de ações promovidas por atores estatais e não estatais, seja ao sabor de ocorrências tornadas relevantes pela mediatização da política. Neste cenário, o artigo pode ser lido como um exercício de desmontagem de um discurso com múltiplas origens, mas que, para o que aqui importa, foi acolhido e propulsionado pela autoridade pública no contexto da crise – um discurso que transfere para cada cidadão a responsabilidade de solução da crise do Estado-social e que transforma a educação numa prática incessante de auto-capitalização, para usar os termos de Nikolas Rose. Porém, na medida em que a produção do texto resulta e descreve uma ação “combinada” de crítica – a partir da articulação de práticas de investigação, de pedagogia e performance teatral, e de intervenção social – o artigo pode também ser lido como manifestação de modos de intervenção e de participação social guiados por desideratos de “resistência” à crise.

No artigo de Cecília Bocchio, o foco da reflexão incide nas estratégias que os atores sociais concretos, em contexto de estabelecimento de ensino, encontram para promover e realizar a sua ação educacional em *Tempo de Crise*. A partir de um estudo de caso, num agrupamento de escolas, a autora inventaria e analisa o trabalho de criação, gestão e intervenção de um “Gabinete de Inclusão Cidadã”, estrutura destinada a prevenir e dirimir questões disciplinares, ao gerenciamento de mecanismos de apoio aos alunos e à articulação com distintas organizações da comunidade. As políticas de escola articulam-se com as políticas educacionais do Estado (nomeadamente, as expressas na definição do Estatuto do Aluno) mas ganham uma configuração própria, decorrente da adoção pelo agrupamento de escolas de uma lógica de ação para a inclusão que, em boa parte, “subverte” e modifica o sentido disciplinador e de controle político e administrativo das políticas ministeriais. Neste quadro, a figura do diretor de agrupamento assume uma especial complexidade, enquanto instância de articulação e de regulação de demandas múltiplas e contraditórias, entre orientações do Estado e as lógi-

cas endógenas de construção da ação educativa. Em *Tempo de Crise*, em especial, a escola vê-se envolvida no processo de mudança das políticas socioeducativas e dos sentidos da escola pública, orientando-se ora num sentido de instância local de regulação dos efeitos da pobreza junto das crianças e jovens, articulando políticas sociais e educacionais, ora como subdelegação das políticas socioeducativas do ministério. O que esta investigação empírica documenta exemplarmente é a da impossibilidade de se fazer a economia da ação concreta nos contextos de ação educativa na configuração das políticas de resposta à crise.

Atirada para a periferia do sistema, desprovida de meios e recursos e deslegitimada na ação de desconstrução política-mediática de algumas das medidas de política da última década, a educação de adultos constitui-se como o centro da análise do artigo de Maria Custódia Rocha e da Marta Sofia Silva. Utilizando o referencial analítico de Stephen Ball, as autoras procuraram, junto de formandos dos cursos de educação e formação de adultos (EFA), promovidos pelos extintos Centros Novas Oportunidades, identificar os “sentido performativos” e os “sentidos vivenciais” da sua formação. Confrontando-se com a retórica hegemónica sobre a formação como estratégia de confronto com a crise, pelo aumento potencial da “empregabilidade” (retórica essa, aliás, contraditória com a restrição dos dispositivos disponíveis de educação e formação de adultos), as autoras evidenciam como, para além dos sentidos de produtividade, de orientação para o mercado de trabalho e de dependência das aquisições cognitivas e instrumentais dos processos formativos, a educação de adultos põe em ação processos sociais que interferem diretamente nas identidades dos aprendentes e favorecem a construção de sentidos sobre si e sobre os outros, potencialmente transformadores das relações, dos contextos e das estruturas sociais. Assim, paradoxalmente, a educação de adultos pode efetivamente contribuir para combater a crise, mas não pelo lado ilusório da “empregabilidade” que a lógica económica reclama, mas pelo lado de configuração de consciências críticas e de relações potenciadas pelos “sentidos vivenciais”, com o seu poder transformador, ainda que relativo.

Nos *Tempos de Crise*, de que falaram e o que disseram os jornais portugueses sobre educação? O último artigo da secção de artigos selecionados, intitulado *Currículo em tempos de crise* interroga as produções sobre educação de dois diários nacionais e os propósitos que as guiam, querendo conhecer as prioridades políticas que expressaram e esclarecer se “se fizeram palco da dimensão conflitual” que caracteriza a construção curricular. É, pois, no terreno de problematização sobre a construção social – e política – do currículo que se situa o estudo de Ana Mouraz, Ana Cristina Torres e Carla Nunes. E é nesse contexto que as autoras questionam o papel que os jornais desempenharam na divulgação, na elaboração e na negociação de argumentos sobre educação e currículo, mas igualmente na visibilidade/invisibilidade que deram aos atores que, em diversos contextos de ação,

intervinham na construção do currículo. Da análise realizada pelas autoras a características estruturais e de conteúdo de peças noticiosas publicadas em abril, maio e junho de 2009 e de 2013, sobressai o “reduzido mediatismo das questões curriculares”, apenas quebrado por uma cobertura das propostas governamentais relativas a novas orientações curriculares e de algumas reações de atores educativos, porém com evidente dificuldade em proporcionar um debate aberto, capaz de captar a diversidade de pontos de vista de diferentes atores, sobretudo aqueles que intervêm nas escolas.

Finalmente, na secção “Antologia” trazemos aos leitores as Teses sobre a Educação, Cultura e Juventude constantes das conclusões do 3º Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro em 1973. Num período de intensificação repressiva da violência do agónico Estado Novo, provocada pelas múltiplas manifestações de desmoronamento da “ordem” do regime, derrotado nas opiniões públicas nacional e internacional e militarmente vencido pela luta anti-colonial, o Congresso constituiu para muitos dos seus participantes, sem que disso tivessem absoluta consciência, a definição de um programa democrático de governação, que só a Revolução de Abril permitiu exercer. No campo educativo, era já claro que o projeto modernizador da Reforma da Educação, protagonizado por Veiga Simão, não teria condições para ser promovido nos termos estritos do regime onde fora gerado. Não obstante, a democratização da educação aparece nestas teses como um projeto político e educacional que se orienta não apenas (ainda que também) para o acesso à educação das franjas populacionais mais desprovidas do capital cultural legitimado pelo poder social, mas também e sobretudo pela abertura dos valores e dos saberes a uma cultura democrática, porque enraizado no que então ainda não se designava como conhecimento como património comum da humanidade. Nesse sentido, as Teses são a expressão crítica de uma crise tão profunda como a que emergiu a partir de 2008, nos planos económico (a chamada crise do petróleo de 1973 que pôs fim aos 30 gloriosos anos de crescimento económico ininterrupto – ainda que a diacronia em Portugal se tenha regido por outros calendários que o do restante “mundo ocidental”...), político, com a crise da representação (então não democrática) e das instituições. E as Teses são, outrossim, um programa de resposta à crise, configurante de uma outra política educacional. Quanto de promessa ficou então por cumprir e quanto de realizado a democracia portuguesa pôde transportar destas teses, é um balanço que compete ao leitor fazer. Mas fica o testemunho de que também em Educação, a crise pode ser a ocasião da mobilização e da utopia. E das realizações históricas de uma e de outra.